

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

Destaques IPADES, novembro 2013

Jardim Botânico do Rio de Janeiro se Torna Internacional

Aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais: foi com este objetivo que, em 13 de junho de 1808, foi criado o Jardim de Aclimação por D. João, Príncipe Regente na época, e mais tarde d. João VI. Atualmente é Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Os jardins botânicos têm papel relevante tanto em pesquisas como na conservação de espécies e no intercâmbio de material vegetal. Até 2007 eram cerca de 1.800 instituições no mundo, das quais 30 no Brasil, aí incluídos os chamados hortos botânicos.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), agora está alojado junto aos principais museus internacionais. É a primeira coleção biológica brasileira a compartilhar os dados de seu herbário na Global Biodiversity Information Database (GBIF) um portal que agrega alguns dos maiores museus zoológicos e botânicos do mundo, como o Museu de História Natural de Nova York, nos Estados Unidos, e o Jardim Botânico Real de Kew, na Inglaterra. “Não é apenas o esforço de uma instituição, é um movimento em que o Brasil se engajou”, conta o biólogo Eduardo Dalcin, Coordenador do Núcleo de Computação Científica e Geoprocessamento do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

É um movimento importante ao qual os pesquisadores brasileiros tiveram alguma resistência nos últimos anos. “Ainda é polêmico”, conta Dalcin, “tornar públicos dados sobre espécies nacionais, ameaçadas de extinção ou com interesse econômico”. Vencendo a resistência e abraçando o que ele caracteriza como “uma nova visão da ciência de compartilhamento de dados”, o JBRJ não deixa de tomar cuidado com as espécies de interesse comercial. Estas não têm latitude e longitude inseridas no banco de dados e não aparecem no mapa do GBIF. Mas outros dados de mais de meio milhão de registros estão lá e podem ser encontrados por meio de busca. “Não vamos dar indicações precisas de onde há florestas desenvolvidas de mogno”, exemplifica o biólogo.

De maneira geral, a grande importância de um banco de dados coletivo é a possibilidade de busca integrada. Ao procurar, por exemplo, registros de *Caesalpinia echinata* (o pau-brasil), o banco informa conter 385 registros, a maior parte na mata atlântica. Desses espécimes, 35 estão no Rio de Janeiro e 34 em Kew. Além da localização no mapa, é possível saber em que data a amostra foi coletada, onde, por quem, e o número de registro na coleção. Essa possibilidade de reunir seus dados ao maior número possível de instituições levou o JBRJ a dar o passo para o GBIF, mas não foi a primeira iniciativa coletiva do herbário carioca. “Desde 2004 estávamos no Species Linkdo Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria)”, conta Dalcin, “que reúne várias coleções brasileiras”.

Esse ponto de partida permitiu que o JBRJ agisse depressa assim que o Brasil firmou o acordo multigovernamental de adesão ao GBIF, no ano passado. A iniciativa nacional está sendo gerida pelo Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr), um projeto do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Do ponto de vista computacional, o nó brasileiro do GBIF estará alojado no Laboratório Nacional de Computação Científica, o LNCC, que está fazendo os ajustes necessários para lançar o portal nacional que deverá reunir outras coleções.

Dalcin considera que o acesso público aos dados é não só uma obrigação (“os dados sob a guarda da instituição precisam ser devolvidos à sociedade”), mas também um recurso valiosíssimo para estudos de conservação. Integrado a esse esforço, ele também cita esforços coletivos como a lista da flora brasileira, elaborada nos últimos anos com participação de cerca de 400 botânicos, e o catálogo da fauna que começa a ser reunido agora. “Em alguns anos pretendemos ter disponível o catálogo da vida do Brasil.” Um projeto ambicioso que dependerá do trabalho conjunto de botânicos, zoólogos e especialistas em gerenciamento de informação, entre outros.

Percalços Recentes do Setor Sucreenergético Brasileiro

Em 2002, em acordo com o setor produtivo, o governo federal estabeleceu um imposto, grosso modo, devido às externalidades negativas da gasolina, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, CIDE/Combustível. Esse mecanismo deu ao etanol a possibilidade de conviver com o combustível fóssil em mercado livre. Ao trazer para condições de mercado toda a economia energética, o etanol ganhou um *status* que permitiu e atraiu o capital externo, promovendo uma verdadeira explosão no crescimento da oferta.

Em 2003, o governo paulista reduziu o ICMS do etanol para 12% (pouco menos da metade da alíquota de ICMS da gasolina), o que proporcionou um fabuloso crescimento da demanda do etanol hidratado, para uso nos carros flex. Também foram estimulados investimentos em produção de energia elétrica a partir das fibras do bagaço da cana-de-açúcar. Momento vitorioso para a cadeia produtiva do etanol e para a qualidade do ar nas grandes cidades.

No entanto, com a alíquota da CIDE/Combustível reduzida à zero em junho de 2012, depois de representar 14% sobre o preço da gasolina em 2002, e com os preços da gasolina congelados por mais de seis anos, a frota de carros passou a usar muito mais gasolina do que etanol. A proporção de consumo que havia atingido meio a meio fechou 2012 com 70% a favor da gasolina. Pioraram os índices de poluição, e o saldo da balança comercial brasileira foi impactado negativamente, com o aumento da importação do combustível. Complementando essa política em “oposição” ao etanol, a Petrobras paga pela gasolina importada um valor superior ao praticado na comercialização do produto no mercado interno, o que explica o estrago na saúde financeira da empresa, inclusive com perda de valor de suas ações.

Essa conjuntura tem afetado diretamente o setor sucroenergético, que continua com um número elevado de endividamento, com pressão de despesas operacionais e sem a perspectiva de ter uma receita suficiente para cobrir todos os compromissos. Assim, como não existem condições favoráveis para a retomada de investimentos em novas unidades e expansão da capacidade industrial, o setor continua em crise. Aliem-se as externalidades negativas da crise financeira de 2008. Os programas de expansão de energias renováveis no mundo se ressentiram, tanto os europeus como os americanos, isto porque o quadro recessivo tocou os países desenvolvidos, principalmente o continente europeu, que deixou para segundo plano as políticas relacionadas às mudanças climáticas. O pensamento da economia verde, como uma maneira de reativar os negócios europeus, parece não se concretizar. Do ponto de vista da demanda internacional houve um arrefecimento.

A reversão desse quadro passa por mudanças nas políticas direcionadas ao setor e também na consciência do consumidor na hora de escolher o combustível, ou seja, que o etanol pode ser economicamente vantajoso, mas as vantagens ambientais não estão no preço.

Da Euforia à Insatisfação

O Brasil da última década foi o país da euforia. Esta se apoiou em conquistas que começaram em 1994 com o lançamento da nova moeda, o Real, e o combate efetivo da inflação. Nesses 16 anos, o país teve êxitos nos campos econômico, social, político e se projetou internacionalmente por conta do avanço dos BRICS no cenário internacional. Mas como a vida é dinâmica e o desenvolvimento necessita de planejamento e políticas de médio e longo prazo, e no Brasil estas duas últimas variáveis não são o forte da política, a euforia esvaiu-se e o desânimo apareceu.

O país enfrenta hoje um sentimento generalizado de insatisfação que contrasta com a euforia que o mundo alimentava sobre o Brasil há bem pouco tempo. Num contexto no qual os europeus passaram a viver um sentimento pessimista sobre o futuro de seu continente e os asiáticos fortaleceram sua convicção de que o século 21 é do Oriente, o Brasil figurava entre os promissores destaques, com investidores estrangeiros apostando e investindo no país, em uma clara prova de confiança.

A mudança começou contaminando o empresariado nacional, a academia, estendeu-se à mídia, que passou a extravasar análises críticas pertinentes às baixas taxas de crescimento do PIB quando comparadas a outros países emergentes. Finalmente atingiu as ruas, evidenciando o elevado grau de descontentamento instalado no seio da sociedade brasileira pela baixa qualidade dos serviços públicos em contraste com a alta taxa de tributos cobradas da população.

Desafio 2050: Como Alimentar um Planeta com Nove Bilhões de Pessoas

Problema desafiador neste início do século 21 é saber-se possível alimentar um mundo com mais de nove bilhões de pessoas em 2050, como alerta a FAO. Essa é a conclusão dos debates ocorridos no último dia 10, durante o V Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos para o Futuro Sustentável, em São Paulo (SP), iniciativa da FAO, Andef, Abag e Embrapa. Especialistas e instituições participantes concordam, no entanto, que será preciso unir esforços entre as cadeias produtivas agroindustriais e os demais segmentos da sociedade para atingir os objetivos.

Os caminhos-chave são inovação, desenvolvimento de tecnologias e conscientização nutricional da população', afirmou Alan Bojanic, diretor da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, no Brasil. Bojanic enfatizou que, hoje, no mundo uma em cada oito pessoas passa fome. 'A meta para 2050 não é zerar o número de pessoas em estado de insegurança alimentar, mas reduzir os índices atuais drasticamente', complementou.

Atualmente, aproximadamente um bilhão de pessoas ainda se encontram em estado de miséria no planeta. Um dos grandes responsáveis pelo acréscimo na produção de alimentos, segundo o órgão da ONU, é o Brasil, considerado o maior *player* da produção global de alimentos nos próximas décadas. Para isso, deve ampliar a produção em 40%, sem a necessidade de desmatar novas áreas. "O mundo precisa aumentar a produção atual de grãos em 900 milhões de toneladas/ano e de carnes em 270 milhões/t por ano. O Brasil é o líder desse movimento", disse Bojanic.

"O desafio está lançado e o relógio está correndo. É preciso ampliar as condições de estímulo ao investimento maciço em tecnologias para o campo e em infraestrutura. Mas temos conhecimento e compromisso para isso", disse João Lammel, presidente da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Alimentar o mundo é difícil, mas o agronegócio está cada vez mais profissionalizado. O segredo é a produtividade, ou seja, produzir mais em menos espaço', ressaltou Luiz Carlos Correa de Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

O diretor-presidente da Embrapa, Maurício Lopes, defendeu a importância da produção de alimentos como fator preponderante não apenas para o ganho nutricional da população, mas também como geradora de saúde e educação social. 'Com pesquisas voltadas ao combate da fome, a produção no campo gerará alimentos cada vez mais nutritivos e saudáveis, impregnando cada vez mais em nossa sociedade a consciência de que o consumo de bons alimentos resulta em uma população mais feliz e saudável. É a troca do tratamento pela prevenção', disse.